

As eleições presidenciais de 2022, as fake news e a crise da democracia: um breve panorama sobre o embate entre o bolsonarismo e o janonismo cultural

Josué Medeiros
Paulo Loiola
Luísa Antunes

Resumo

Este artigo analisa o papel das fake news nas eleições presidenciais brasileiras de 2022. Nossa pressuposto é que o fenômeno das fake news se insere em um processo mais global de crise das democracias ocidentais. No Brasil, esta crise começou com o golpe parlamentar de 2016 e foi intensificada com a vitória de Bolsonaro nas eleições presidenciais de 2018, quando as fake news exerceram um papel destacado para esse resultado. Nossa hipótese é que, em 2022, com uma reação das forças democráticas, o peso das fake news foi distinto. Porém, ainda que elas tenham feito parte da estratégia que viabilizou a vitória da frente ampla democrática em torno de Lula, argumentamos que a desinformação e o caos informacional, ao persistirem nestas eleições, se apresentam como dinâmicas políticas e sociais que mantém aberta a crise da democracia.

Abstract

This article analyzes the role of fake news in the 2022 Brazilian presidential elections. Our assumption is that the phenomenon of fake news is

part of a more global process of crisis in Western democracies. In Brazil, this crisis began with the 2016 parliamentary coup and was intensified with Bolsonaro's victory in the 2018 presidential election, when fake news played a prominent role for this outcome. Our hypothesis is that in 2022, with a reaction from democratic forces, the weight of fake news was distinct. However, even though they were part of the strategy that made possible the victory of the broad democratic front around Lula, we argue that disinformation and informational chaos, by persisting in these elections, present themselves as political and social dynamics that keep the crisis of democracy open.

Este artigo analisa o papel das fake news nas eleições presidenciais brasileiras de 2022, vencidas, no 2º turno, pelo candidato do Partido dos Trabalhadores (PT), Luiz Inácio Lula da Silva, contra o atual presidente, Jair Bolsonaro, do Partido Liberal (PL). Lula se constituiu como representante de uma frente ampla democrática que foi além do campo da esquerda, liderado por ele e por seu partido desde o final da década de 1980. Já Bolsonaro representou novamente o antipetismo, em uma estratégia alinhada com as pautas da extrema-direita que mobilizam sua base social mais radical e, consequentemente, se impuseram na sua candidatura.

Nessa disputa, as fake news tiveram centralidade. O bolsonarismo deu continuidade à estratégia que, em 2018, levou Bolsonaro a vencer as eleições, a qual é compartilhada pela extrema-direita global desde 2016 – quando Donald Trump venceu as eleições presidenciais dos Estados Unidos – e que se insere em um processo mais global de crise das democracias ocidentais. Quanto ao campo lulista, tratou-se de preparar uma resistência e contraofensiva que foi exitosa na medida em que aderiu, ao menos em parte, a mesma lógica da desinformação que alimenta a crise da democracia, com o chamado “janonismo cultural”.

Para analisar esse processo, iniciamos com um breve debate sobre a noção de crise da democracia no Ocidente; em seguida, apresentamos uma conceituação do que são as fake news e desinformação; na sequên-

cia, tratamos do processo eleitoral brasileiro em 2022 de um modo geral; e, por fim, aprofundamos a análise sobre o papel das fake news nessa disputa eleitoral.

O debate sobre crise da democracia

Há em curso um debate na esfera pública mundial e em âmbito acadêmico global sobre o crescimento da extrema-direita no ocidente e o aumento dos níveis de polarização política nos países do continente europeu e americano. A noção de crise da democracia tem sido usada para sistematizar esse fenômeno, que tem como marcos a eleição de Donald Trump nos EUA em 2016 e o sim da população do Reino Unido em plebiscito sobre a proposta de ruptura com a União Europeia em 2017. E, aqui no Brasil, os eventos definidores desse processo são o golpe parlamentar (SANTOS: 2017) de 2016 e a eleição de Jair Bolsonaro em 2018. Trata-se de um fenômeno que se espalha por diversas nações europeias: Victor Orban da Hungria, Georgia Meloni na Itália, Marine Le Pen na França, o partido Vox na Espanha e o Chega em Portugal, entre outros. Isso sem falar do fechamento do regime turco com Erdogan e russo com Putin.

Na América Latina, para além de Bolsonaro, verifica-se um crescimento de partidos e lideranças de extrema direita em países como o Chile, onde José Antonio Kast foi ao 2º turno defendendo uma plataforma xenófoba e ultraliberal; ou o 2º turno na Colômbia com Rodolfo Hernandez, que se autointitulou o “Trump colombiano”, se colocando com um empresário outsider contra a corrupção do sistema político. Temos ainda os casos de Javier Milei na Argentina, deputado ultraliberal e adepto de teorias da conspiração anti-esquerda e que será candidato a presidente em 2023 e Nayib Bukele em El Salvador que leva a cabo o mesmo roteiro de militarização da política e do Estado seguido por Bolsonaro.

Entendemos a noção de crise da democracia ajuda a interpretar esse fenômeno tão amplo e diversificado, mas não dá conta de todas as di-

mensões que ele apresenta. Aliás, cumpre registrar que a própria noção de crise da democracia é aberta a diversas interpretações. Há a visão liberal, que vê a corrosão desses regimes democráticos por dentro das instituições, com a legitimação pela via dos processos eleitorais (Müller: 2016; Levitsky e Ziblatt: 2018; Mounk: 2018; Runcimann: 2018; Snyder: 2018); há uma perspectiva marxista, que vincula a crise da democracia com crise do capitalismo (Streeck: 2013; Harvey: 2015; Zizek: 2014; 2017; Castells: 2017); e, há um olhar foucaultiano, que afirma a ideia de desdemocratização enquanto uma forma de conduta dos indivíduos (Brown: 2015; Dardot e Laval: 2016).

Apesar das diferenças, existem pontos comuns. Por exemplo, a ideia de uma crise de legitimidade que decorre do não cumprimento das promessas da democracia e afeta todo o sistema político e as instituições, o que possibilita o crescimento e consolidação da extrema-direita. Como afirma Manuel Castells, “a recorrente frustração dessas esperanças vai erodindo a legitimidade, ao mesmo tempo que a resignação vai sendo substituída pela indignação quando surge o insuportável” (Castells, 2019: 13-14). Já Yascha Mounk traduz essa crise a partir do sentimento de que o voto não tem valor, resultando em uma oposição em que ou se estabelece um regime de “direitos sem democracia”, com perda de representatividade em prol de tecnocratas; ou uma “democracia sem direitos”, quando um presidente faz plebiscitos e se reelege indefinidamente e persegue as oposições para garantir essas vitórias eleitorais.

Outro elemento comum é a importância do questionamento aos processos eleitorais. No Brasil, isso se manifestou no impeachment da presidente Dilma Rousseff em 2016 e que foi teorizado por Wanderley Guilherme dos Santos (2017) como uma nova modalidade de golpe.

Na literatura internacional, coube a David Runciman em *Como a Democracia Chega ao Fim* produzir uma tipologia dos golpes contra a democracia. Para ele, “há aqueles que, para dar certo, precisam deixar claro que a democracia não está mais em vigor; já outros precisam fazer de conta que a democracia permanece intacta” (2018: 51). O primeiro tipo é o golpe de Estado clássico, aquele em que “tanques cercam a

cidade da noite para o dia” e em que tudo – prisões de opositores, tomada dos prédios estratégicos – acontece “no espaço de poucas horas” (2018:32). O segundo tipo compreende várias modalidades distintas, entre as quais “a manipulação das eleições” e “a ampliação dos poderes do executivo” (2018: 50). E, acrescentamos, o golpe parlamentar. Ao passo que no tipo clássico, “os coronéis foram claros em seu golpe e se certificaram de que todos entendessem o que tinha mudado”, existe ainda “o golpe à moda do século XXI” que é “caracterizado por um esforço de ocultar o que mudou”. (2018: 41). No regime que sucede esse novo tipo de golpe, afirma Runcimann, ninguém sabe a verdade e “quase todas as decisões são tomadas nos bastidores” (2018: 46). Não por acaso, esse tipo de golpe não elege a democracia como o inimigo a destruir: “ela funciona como disfarce para a subversão, e por isso é amiga dos conspiradores” (2018: 51).

O questionamento ao processo eleitoral quebra aquilo que Steven Levitsky e Daniel Ziblatt chamam de “grades de proteção à democracia”, as quais são erguidas por “regras não escritas”. São elas “a tolerância mútua e a reserva institucional” (2019: 103). Dessas duas normas “informais”, a tolerância mútua é fundamental para que o sistema seja legítimo para todos os lados. Ela representa a aceitação de que o adversário tem o direito de existir, competir pelo poder e governar. Se um lado não aceita o resultado da eleição e parte para inviabilizar a posse ou o governo eleito, é porque não há mais convivência possível nem “tolerância mútua”.

A soma dessas dinâmicas abre o caminho para a ascenção das lideranças autoritárias, tais como Donald Trump e Jair Bolsonaro. O cientista político alemão Jan-Werner Müller produziu síntese deste novo tipo de autoridade que se impõe nas democracias ocidentais. O texto “Populistas” (2017), publicado na Revista Piauí, versa sobre Donald Trump, mas serve perfeitamente para descrever Bolsonaro. Esse tipo de líder “se apresenta como o único, exclusivo porta-voz do que denomina ‘o verdadeiro povo’ ou ‘a maioria silenciosa’”. Para Muller, isso tem duas consequências. Primeiro, todo adversário passa a ser considerado ile-

gítimo: “os oponentes só podem ser desonestos e corruptos”. Segundo, instala-se a ideia de que existe um “verdadeiro povo” que deve permanecer unido contra seus inimigos que, por sua vez, devem ser eliminados. Tanto o povo quanto seus inimigos são definidos pela nova autoridade. O autor aponta, ainda, que essa autoridade não pode se estabelecer sem a ação de “facilitadores” ou de “colaboradores”. Com relação a Donald Trump, trata-se do Partido Republicano. Com relação a Bolsonaro vários partidos da direita tradicional foram aderindo paulatinamente à sua candidatura e normalizando seu governo.

Há, por fim, uma importante reflexão de Muller sobre como as oposições reagem a esse tipo de liderança. Trata-se de “nossa própria incapacidade para fazer os demais cidadãos prestarem atenção às ‘che-cagens de fatos’ e às demonstrações cabais das constantes contradições” de Trump ou, no nosso caso, de Bolsonaro. Em nosso “desespero” pelo esclarecimento, contestamos virtualmente cada afirmação do presidente (dos EUA ou do Brasil) e endossamos “sem questionar a história que esses mesmos populistas vendem sobre a razão de seu sucesso”. Assim, terminamos por condenar os eleitores em vez de buscar novas formas para nos conectar a eles. Afinal, ainda de acordo com Muller, não é verdade “que as massas sejam constituídas por desequilibrados mentais prontos a serem seduzidos por qualquer demagogo carismático”. A distinção clara entre razão e emoção pode ser enganadora: “As pessoas sentem raiva por alguma razão, e em geral elas conseguem oferecer uma boa explicação de que razão é essa”. Essa conclusão nos leva diretamente ao tema das fake news, entendendo a desinformação como um vetor estratégico da construção dessas lideranças e sobre a qual nem as instituições nem a sociedade civil sabem ao certo como reagir.

Definindo as fake news e a desinformação

Durante a cobertura das eleições presidenciais dos Estados Unidos em 2016, o termo “fake news” se popularizou. Além do escândalo do uso político de dados do Facebook em favor de Trump, descoberto

após a eleição, as fake news influenciaram a dinâmica eleitoral daquele ano. Definidas como artigos de notícias que são falsos, intencionalmente e verificadamente (RIBEIRO, M e ORTELLADO, P: 2018), elas symbolizam um dos sintomas da facilidade na comunicação garantida pelas mídias digitais. No mesmo ano, o golpe parlamentar no Brasil, também se mostrou ligado ao surgimento das fake news. Porém, o fenômeno se consolidou na política brasileira dois anos depois, na eleição presidencial de 2018.

As informações falsas circulam muito antes de 2016, mas o conceito surge para dar conta das particularidades da dinâmica política atual e que consiste em uma veiculação de notícias falsas produzidas e disseminadas com o intuito de manipular a opinião pública e promover ideologias (JARDELINO et al: 2020). Assim, as fake news se diferem de boatos, de erros jornalísticos que geram desinformação, ou mesmo de teorias da conspiração.

Muitos fatores explicam essa emergência, sendo um deles a introdução da internet e das redes sociais na vida das pessoas. No Brasil, 81,3% da população é caracterizada como usuária da internet¹. As mídias digitais carregam consigo um paradoxo: ao passo que democratizaram a produção e propagação de conteúdo, proporcionaram, também, uma estrutura de desinformação e manipulação ideológica na internet (Idem). Ainda que a maioria das notícias falsas sejam criadas em sites, é nas redes sociais que elas circulam e tomam corpo. Essas mídias facilitam o acesso a uma série de conteúdos e informações e possibilitam o surgimento de uma estrutura de desinformação que ameaça a percepção da realidade calcada em fatos reais.

Muitas dinâmicas dessas plataformas facilitam com que esse processo ocorra. Por exemplo, em um primeiro momento, quase todo conteúdo publicado podia ser facilmente impulsionado através de anúncios pagos. Isso mudou recentemente, com o avanço das regulações legais e

¹ Pesquisa realizada em 5 de novembro de 2022 às 13:20. Fonte: <https://datatopics.worldbank.org/world-development-indicators/>

com a pressão que as instituições fizeram sobre as plataformas. De fato, hoje o TSE consegue a retirada de um conteúdo pago das redes, algo que não ocorria em 2018 e 2020. Contudo, a temporalidade das instituições é mais lenta que a velocidade da desinformação e, por isso, as notícias falsas conseguem uma ampla circulação antes de serem banidas. Além disso, a restrição de conteúdo realizada pelas plataformas digitais é ainda muito limitada e, portanto, notícias falsas raramente são barradas pelos filtros das redes sociais. Por último, o funcionamento do algoritmo de redes como Twitter, Facebook e Instagram provoca a criação de “bolhas”, ou seja, os internautas entram em contato, na maior parte do tempo, apenas com perfis que tenham algum tipo de interesse ou proximidade. Isso acontece porque as plataformas indicam para o usuário aquilo que ele consome com maior frequência. Dessa forma, mesmo que uma notícia falsa não apareça em forma de anúncio, ela pode chegar com certa facilidade para indivíduos que dialoguem com aquele tipo de conteúdo.

Entretanto, a disseminação de fake news que acontece nas redes sociais passa longe de ser um problema apenas ligado a tais características da comunicação digital. O fenômeno da pós-verdade, caracterizado por uma nebulosidade na separação entre fatos e opinião, e principalmente entre conhecimento produzido de maneira profissional e crenças sem o mesmo fundamento, vem crescendo como uma dinâmica do mundo contemporâneo. Certamente influenciada pelas novas formas de comunicação da modernidade, a pós-verdade, juntamente com a tecnologia das redes sociais, formam um solo fértil para a disseminação de fake news, visto que estas só podem ser combatidas com informação veiculada pela imprensa profissional.

Ainda assim, as fake news não surgem, em sua maioria, de forma espontânea na internet. A pós-verdade aparece enquanto possível explicação para a credibilidade que as pessoas dão às informações que recebem nas redes sociais, porém, como dito anteriormente, essas notícias são caracterizadas por seu viés político e intencional. A crescente onda da extrema-direita ao redor do mundo se relaciona diretamente com o

surgimento das fake news enquanto estratégias de mobilização com fins políticos. Um dos elementos que dá força às notícias falsas é a descredibilização da imprensa profissional, atitude comum no discurso desses líderes e de seus apoiadores. Nesse sentido, a descrença na mídia tradicional gerada pelo fenômeno da pós-verdade, é intensificada e legitimada por uma figura de autoridade.

Donald Trump em 2016 e durante seu governo atacou por diversas vezes jornais como The New York Times e CNN. De acordo com o estudo “Social Media and Fake news in the 2016 election”, a confiança na mídia por parte dos republicanos nos Estados Unidos é menor em comparação aos democratas, e está em queda. Essa desconfiança dá margem para uma demanda por meios de comunicação alternativos e proporciona nesses eleitores uma percepção de que as mídias tradicionais favoreciam Hillary Clinton em detrimento de Trump.

No Brasil, um dos pilares da campanha e do governo de Bolsonaro foi o ataque à imprensa, em caráter autoritário e anti-democrático. O candidato e depois presidente estabeleceu uma comunicação direta com o eleitorado por suas redes sociais, sem os crivos da imprensa que retratam os acontecimentos com base em dados concretos. Assim como no caso da disputa entre Trump e Hillary Clinton, os dados da eleição entre Haddad e Bolsonaro indicam que a maior parte das fake news produzidas foram em benefício de Bolsonaro. Por isso, para essas candidaturas, a descredibilização dos veículos de imprensa foi vantajosa.

Além dos ataques proferidos a mídia tradicional de modo quase que sistemático, a circulação de fake news também é produzida de acordo com o interesse de coordenar a informação que chega ao eleitorado, sem importância sobre a sua veracidade. Em 2016, a mobilização política através de fake news aconteceu principalmente no Facebook, rede da qual se descobriu o uso de dados dos usuários em favor de Trump. Em 2018, a utilização do Facebook caiu e o WhatsApp, uma rede social de mensagens instantâneas, cresceu e foi a rede protagonista da disseminação de fake news nas eleições brasileiras de 2018 (Santos et al: 2019).

Conforme argumentam os autores ainda que a maioria das notícias falsas no WhatsApp estivessem em grupos periféricos, como os ‘de família ou de bairros’, ou seja, grupos sem intuito primário de discutir política, essa presença é consequência da máquina de fake news, e não causa. Isso porque a difusão desse tipo de conteúdo aconteceu de modo sistemático, através de esquemas organizados de produção das fake news. Depois de produzidas, elas eram enviadas para grupos centrais, ou seja, aqueles que possuíam como tema política ou afins, e a partir disso, elas rapidamente chegavam aos grupos “periféricos”, o que gerava uma percepção de organicidade do conteúdo para a maioria das pessoas que o recebiam.

Além disso, características do WhatsApp, como o fato de ser uma rede fechada, descentralizada e com criptografia de ponta a ponta, facilitavam a atuação de tais grupos, pois o rastreio da fonte inicial de fake news é muito difícil de ser realizado. Parte da campanha bolsonarista de 2018 funcionou como essa máquina de desinformação da extrema-direita, que envovia desde grupos que fabricavam e circulavam notícias falsas sobre o PT, Lula, Haddad e a esquerda, e até mesmo o uso de robôs que, em outras redes, simulavam usuários e alavancavam pautas e notícias favoráveis a Bolsonaro.

JARDELINO et al (2020) constatam que o combate às fake News é um desafio pois, ainda que as notícias sejam desmentidas ou corrigidas pelos veículos de mídia profissionais, seus impactos não são revertidos com facilidade, uma vez que a credibilidade continua em função da influência do interlocutor. Por isso, muitas das fake news continuaram mobilizando as pessoas em favor de Bolsonaro, mesmo após serem desmentidas pela imprensa.

Sendo assim, fica evidente tamanha a proporção e complexidade do problema que são as fake news no cenário mundial contemporâneo e sua relação com a crise da democracia e com a ascensão da extrema-direita em diversos países. E assim, mais uma vez, as fakenews tiveram centralidade no processo eleitoral brasileiro de 2022, como já ocorreu em 2018.

As eleições de 2022 no Brasil e a polarização entre democracia e autoritarismo

As eleições para presidente do Brasil em 2022 foram atravessadas pela existência de uma polarização que não era apenas eleitoral entre dois campos simétricos, mas sim política e social entre as forças que defendem a democracia e setores que pretendem retomar um arranjo institucional autoritário no Brasil. E tal polarização teve como resultado uma vitória apertada das forças democráticas. Lula foi eleito com 50,9% dos votos válidos, ou 60 milhões de votos. Bolsonaro saiu derrotado com 49,1%, um total de 58 milhões de votos.

A margem mais estreita da história democrática brasileira permite uma dupla interpretação. Há, por um lado, a preocupação com o tamanho da força do bolsonarismo. Esta já havia se manifestado no 1º turno, na votação do presidente e na eleição de expressivas bancadas bolsonaristas na Câmara dos Deputados e no Senado Federal. E foi reafirmada, no 2º turno, com o patamar de votos conquistado por Bolsonaro em 30 de outubro.

Entretanto, é preciso lembrar que Bolsonaro foi o primeiro presidente a não se reeleger desde que essa possibilidade foi aprovada em 1997. A recente história eleitoral brasileira mostra que os incumbentes sempre saem em vantagem pela posição de dirigir a máquina pública. Em eleições normais, o mandatário que disputa a reeleição consegue melhorar os índices de aprovação do governo e diminuir a rejeição porque as entregas do seu mandato que são feitas no último ano e a propaganda eleitoral ajudam a sedimentar uma percepção de melhora da vida na população. Foi assim com Fernando Henrique, com Lula e com Dilma e com diversos governadores e prefeitos país afora nesses 25 anos de reeleição.

Ademais, o que Bolsonaro fez para se beneficiar da posição de presidente foi inédito e precisa ser qualificado como uma tentativa de golpe de Estado, reforçando o sentido autoritário do seu projeto. A aprovação, em julho, de uma política pública de transferência de renda para os mais pobres às vésperas da eleição foi a maior tentativa de compra

de votos da nossa história. E não foi o único ato deste tipo do presidente: Bolsonaro criou um vale caminhoneiro, um vale taxista, aprovou empréstimo consignado para os beneficiários do Auxílio Brasil; baixou artificialmente o preço dos combustíveis, primeiro com uma redução de impostos que viola o pacto federativo e depois com a interferência política na Petrobrás, que segurou o aumento durante todo o 2º turno; e, por fim, instrumentalizar a Polícia Rodoviária Federal (PRF) para que esta importante instituição interferisse no processo eleitoral, desobedecendo decisão do TSE, com ações para dificultar a circulação dos eleitores no dia da votação nas regiões em que Lula vence, sobretudo no Nordeste. Em suma, Bolsonaro despejou bilhões na economia de modo eleitoreiro e aparelhou as instituições e mesmo assim perdeu a disputa presidencial.

Em suma, as eleições na verdade se constituíram como momento de sistematização institucional das dinâmicas polarizadas da nossa sociedade. Por um lado, há as diversas dinâmicas positivas que podem e devem ser destacadas. Primeiro, a formação, no 2º turno, de uma frente ampla em defesa da democracia, conjugando setores políticos e sociais que possuem profundas divergências sobre economia ou visão de Estado, mas que se unificaram em torno da defesa da democracia. Segundo, na existência, já desde o 1º turno, de uma substantiva consciência política da população mais pobre do país, a qual, mesmo diante de uma operação de máquina estatal sem precedentes, se manteve firme em suas convicções eleitorais sufragando massivamente Lula. Terceiro, pela emergência de dinâmicas de representação setorial novas e potentes, tais como o Quilombo dos Parlamentos, que congrega candidaturas antirracistas, ou a Bancada do Cocar, que organiza os mandatos ligados aos povos indígenas.

Por outro lado, existem as diversas dinâmicas que apontam para o enraizamento de uma extrema-direita autoritária no Brasil, com muita força na sociedade e no parlamento nacional e nas assembleias legislativas estaduais. Bolsonaro, sua família e suas principais lideranças são os novos representantes de sentimentos políticos que sempre existiram no Brasil, mas que jamais se organizaram desta forma. Trata-se do antipe-

tismo e do conservadorismo popular mais ou menos forte a depender da região do país e dos tempos históricos.

Além disso, é fundamental conectar esses processos internos com a dinâmica global. Entendemos, portanto, que no século XXI, esse conservadorismo popular nacional e o antipopular se encontraram com um fenômeno internacional do crescimento da extrema direita no Ocidente, algo que Wendy Brown chama de neoliberalismo autoritário. Trata-se de um amálgama de valores liberais como alicerce das trajetórias individuais de superação com uma ideologia fortemente conservadora sobre a sociedade, fundamentalmente baseada na família. As instituições, os direitos, o pluralismo e a democracia, em resumo, o sistema, são inimigos tanto do indivíduo que empreende (via cotas que “premiam” quem não trabalha, via políticas sociais que favorecem vagabundos, via impostos) quanto das famílias, “ameaçadas” pela expansão do protagonismo político e social das mulheres, negros, LGTBTS, jovens.

Como argumentamos, um dos vetores de organização, mobilização e amplificação da força dessa extrema-direita autoritária no mundo e no Brasil é a desinformação pela via da produção e disseminação de fake news. Analisamos como isso se deu nas eleições de 2022.

O bolsonarismo em 2022 e as fake news enquanto estratégias de campanha

Em 2018, a campanha bolsonarista utilizou das redes sociais como elemento central de sua estratégia. Com pouquíssimo tempo de televisão, sem fundo partidário e sem palanques fortes nos Estados (três critérios que, historicamente, são considerados pela ciência política e pelas lideranças partidárias como condição necessária para o sucesso em eleições presidenciais), as mídias digitais foram o grande canal de apresentação de Bolsonaro. Com o apoio informal de Steve Bannon, que dirigiu a vitória de Trump, sua campanha foi construída massivamente no ambiente digital, estruturada em uma retórica que tem como elemento fundamental a distorção da realidade e os ataques ao que ele

chama de “sistema”, definido de forma genérica como “tudo isso que está aí” e que abarca os partidos, o judiciário, a mídia, os movimentos sociais, a esquerda em geral e a diversidade em particular.

Em todos os espaços que ele ocupava, mesmo fora do ambiente digital, a estratégia era a mesma: uma guerra permanente contra o “sistema” com base na desinformação. Por exemplo, na entrevista ao Jornal Nacional em 2018, o candidato fomentou a fake news sobre o “kit gay” que o PT supostamente implantaria nas escolas. Diferente dos outros candidatos, que levavam a entrevista mais a sério, Bolsonaro dava respostas sem medir suas palavras. Em resposta a uma pergunta sobre suas falas homofóbicas, ele chegou a questionar o salário de Renata Vasconcellos, dando a entender que ela, que o entrevistava junto a William Bonner, receberia menos que ele, ainda que os dois estivessem executando a mesma função. Seu governo seguiu na mesma toada da truculência, descaso e mentiras fake news.

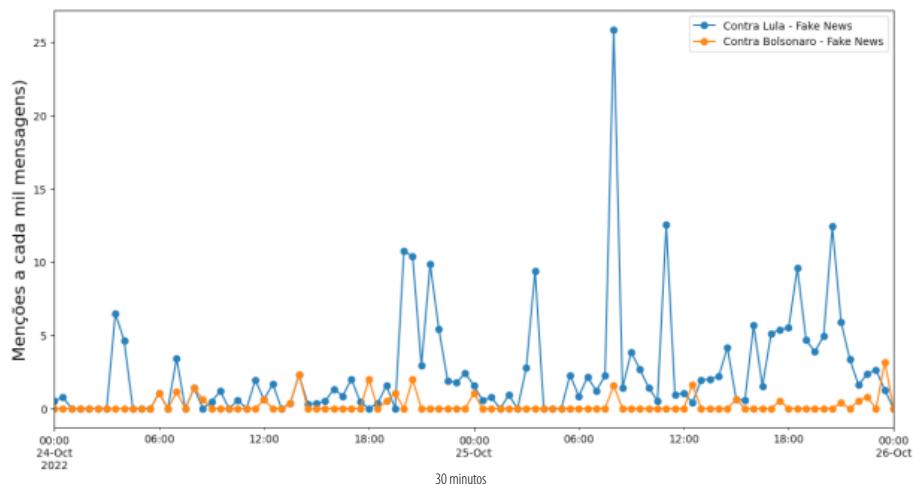
Em 2022, contudo, sua reeleição se estruturou em outro tom, uma vez que ele precisava de muito mais do que apenas a força das redes sociais para reparar sua imagem e, assim, mobilizar e construir seu eleitorado. Para começar, Bolsonaro entrou em um partido tradicional, o PL. E montou uma coligação forte, com palanques estruturados na maioria dos Estados. Não por acaso viu três dos seus aliados vencerem nos maiores colégios eleitorais: São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro. Além disso, a postura de ataque às mídias tradicionais diminuiu. Na tentativa de conquistar os votos dos indecisos, que seriam imprescindíveis para sua vitória, Bolsonaro construiu uma persona mais polida e apresentável ao público para além de sua base. Sendo assim, e também por conta do cerco institucional liderado pelo presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), o ministro Alexandre de Moraes, o apelo às fake news absurdas, que instigam pânico moral, diminuiu, principalmente na campanha oficial.

Porém, ainda que houvesse essa tentativa de reapresentar Bolsonaro de outra forma, as fake news continuaram marcando presença na corrida eleitoral de 2022, tanto em suas falas durante a campanha, como

na máquina bolsonarista que continuou atuando nas redes com a produção e disseminação desse tipo de conteúdo. Aquelas que eram mais repercutidas por Bolsonaro, principalmente nos debates eleitorais, se tratavam normalmente de dados falsos sobre seu governo como, por exemplo, sua atuação no combate à pandemia.

Na internet, por sua vez, as fake news que predominaram, especialmente no WhatsApp, foram as ligadas à pauta golpista da extrema direita bolsonarista. Segundo mapeamento da consultoria Palver, que monitorou mais de 15 mil grupos públicos de WhatsApp, as mensagens desinformativas que mais viralizaram foram aquelas questionavam a lisura do processo eleitoral, no tocante às urnas eletrônicas e às autoridades eleitorais². Curiosamente, a campanha bolsonarista também tentou disputar a pauta das fake news, alegando que as falas da oposição quando atacavam o governo Bolsonaro eram baseadas em informações falsas.

GRÁFICO 1. 27 de outubro de 2022



A campanha petista, ao contrário da narrativa bolsonarista, era, na maior parte do tempo, alvo da maioria das fake news que circulavam. Segundo levantamento da Palver (Gráfico 1), às vésperas do segundo turno, por exemplo, houve uma escalada nas fake news contra Lula.

Entretanto, ainda que a esquerda não tenha em seu histórico as estratégias de caos informacional que o bolsonarismo utiliza, nestas eleições, uma figura protagonizou essa frente “equivalente”: André Janones, um deputado federal que desistiu de se lançar presidente para apoiar Lula, fomentou nas redes um movimento apelidado de “janonismo cultural”. Segundo Janones, a ideia seria “combater o bolsonarismo de igual para igual” e a estratégia foi a de se aproveitar de erros e declarações do atual presidente e de seus aliados para pautar Bolsonaro e deixar sua campanha na defensiva. O objetivo, neste caso, era tanto o de virar votos quanto o de ocupar a máquina bolsonarista com a própria defesa, o que produziu uma diminuição na fábrica de fake news contra Lula e o PT, diminuindo o impacto da mobilização bolsonarista que associava Lula ao tráfico de drogas, ou à chamada “ideologia de gênero”, ou ainda à ameaça de fechar igrejas e de transformar o Brasil em uma Venezuela ou Cuba ou Nicarágua.

Nesse sentido, Janones instigou, com sucesso, as redes sociais em favor de Lula, utilizando-se de estratégias similares à estética alarmante do bolsonarismo. Em uma mistura de distorção de fatos reais e fake news, com uma apelação ao pânico moral, viralizaram nas redes posts que associavam Bolsonaro à maçonaria, ao satanismo, ao canibalismo e a pedofilia.

Para além da mobilização através do pânico moral, outras pautas que tiveram alto engajamento nas redes, devido em muito à atuação de Janones, foram o salário mínimo e a aposentadoria. A campanha de Lula já vinha tocando nestes pontos como basilares das propostas de campanha, porém, a atuação do deputado aumentou ainda mais a discussão do tópico nos ambientes digitais. Em um vídeo publicado em suas redes, Janones dizia, em tom alarmante de denúncia, que Paulo Guedes, ministro da Economia de Bolsonaro, teria anunciado

redução no valor de tais benefícios ou mesmo o fim definitivo desses direitos.

Nesses casos, o alvo principal da estratégia do “janonismo cultural” foi o eleitorado evangélico. As pesquisas indicavam que Bolsonaro abriu larga vantagem nesse segmento, a partir da mobilização dos pastores na base das igrejas e da liderança da primeira-dama, Michelle Bolsonaro, e da senadora eleita no Distrito Federal, a ex-ministra Damares Alves. Para Lula, era fundamental segurar esse crescimento e o janonismo cumpriu um papel decisivo.

Paralelamente, a justiça brasileira tentava agir no combate às fake news, a fim de garantir que a corrida eleitoral acontecesse em parâmetros democráticos. Algumas das publicações de Janones em ataque ao governo Bolsonaro, bem como publicações de figuras bolsonaristas em ataque à Lula, ao PT e ao sistema eleitoral, foram, portanto, apagadas ou restringidas devido às decisões TSE. O mesmo aconteceu com o assunto que marcou o ápice de engajamento no WhatsApp³: a prisão de Roberto Jefferson, ex-deputado que atirou nos policiais federais que foram cumprir seu mandado de prisão, foi ainda mais comentada quando Janones deu a entender, em suas redes, que o criminoso fazia parte da campanha de Bolsonaro. O TSE exigiu a remoção das publicações de Janones. Porém, como já falamos, a remoção de conteúdos que promovem a desinformação não é a melhor saída para seu combate, visto que os efeitos das fake news, depois de propagadas, são muito difíceis de reverter. Outro exemplo foi na decisão de conceder direitos de resposta nas rádios e televisão às duas candidaturas no 2º turno. Lula conquistou 116 inserções enquanto Bolsonaro ganhou apenas 14 pedidos.

Os últimos dias da disputa foram de extrema tensão. O lado lulista temia um crescimento bolsonarista impulsionado pela mobilização digital via fake news, como em 2018, 2020 e no 1º turno de 2022, o que ocorreu, mas não com força suficiente para mudar o resultado.

3 Segundo mapeamento da Palver já mencionado.

Já o lado bolsonarista tinha medo de três possibilidades: primeiro, de novas ações coordenadas das instituições a partir de Alexandre de Moraes; segundo, das ameaças de Janones, tais como, por exemplo, a de divulgar o conteúdo do celular de Gustavo Bebiano, coordenador da campanha de Bolsonaro em 2018; e, terceiro, um novo erro estratégico de alguém próximo ao presidente, o que de fato ocorreu, no episódio em que Carla Zamebeli apontou uma arma para uma pessoa em uma discussão política, além do dramático espetáculo de resistência à prisão de Roberto Jefferson e que de fato prejudicaram sua candidatura.

Considerações Finais

No início do ano de 2022, meses antes do início oficial das campanhas eleitorais, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE), ainda sob a presidência de Edson Fachin, assinou acordo com diversas plataformas, como Instagram, YouTube, WhatsApp e Facebook, que tinha por objetivo o compromisso no combate à desinformação⁴. Em um movimento que ensaiava uma resposta a isso, Bolsonaro passou a incentivar seus apoiadores a aderirem a redes sociais menores do que estas, mas que não participavam de tal acordo. Uma delas foi o Telegram, uma plataforma digital que se assemelha com o formato do WhatsApp, mas possui uma trajetória que indica um alinhamento da empresa com a visão de mundo da extrema direita em ascensão. Isso porque, além de possuir em seu histórico descumprimentos de medidas instituídas por governos que visavam o combate a desinformação, falas, como a de um executivo sênior da empresa, indicam que a plataforma é alinhada com a ideia de defesa de uma liberdade de expressão irrestrita. Essa bandeira, também levantada por Bolsonaro, mobilizou em seus apoiadores a ideia de que a imprensa não diz a verdade, e os veículos que expõem realmente os fatos são ‘censurados’. Nas eleições de 2022, a pauta liberdade e censura

4 <https://www.tse.jus.br/comunicacao/noticias/2022/Fevereiro/tse-e-plataformas-digitais-assinam-acordo-nesta-terca-feira-15>

foram constantes no debate nas redes sociais, principalmente sob esta ótica. Novamente, a disputa pelo que é verdadeiro ou falso aparecia no eixo bolsonarista, e mais uma vez, recheada de contradições.

Por fim, após uma decisão da justiça brasileira de bloqueio do Telegram por não cumprir ordens de limitar perfis disseminadores de fake news, a plataforma aderiu ao acordo.

Entretanto, mais uma vez a atuação da justiça na tentativa de reparação de danos, ao invés de evitá-los, não foi tão bem-sucedida.

Assim, ainda que as instituições democráticas brasileiras tenham se movimentado mais, em comparação a 2018, no combate à desinformação, seu peso nas eleições em 2022 foi também significativo – e por muito pouco, quase que pesado demais para a democracia brasileira, que estava em jogo. A perspectiva de combate à desinformação pelas vias da raiz do problema não pôde ser aplicada. Em 2020, em virtude do escândalo de fake news nas eleições de 2018, um projeto de lei (2630/2020), que ficou conhecido como “PL das Fake News”, foi criado com o intuito de regular as plataformas digitais, a fim de garantir a proteção dos direitos humanos no ambiente digital, bem como enfrentar a desinformação e também estipular direitos para os usuários⁵. Porém, o projeto não foi aprovado, e durante a campanha em 2022, foi mobilizado pelo discurso de Bolsonaro como um ato de “censura” que a campanha petista defendia.

Desse modo, as notícias falsas que começaram a surgir em 2016 e seguiram até então a mesma linha de combate à esquerda ou ao Partido dos Trabalhadores (PT) acima dos limites da própria constituição, fincam suas raízes na política brasileira ao serem perpetuadas novamente em 2022, quando poderiam ser evitadas. A frente ampla que se mobilizou em favor da democracia foi de fato uma força maior nestas eleições, porém, o estrago causado pela desinformação também foi grande, uma vez que a própria oposição entrou na narrativa bolsonarista de disputa

5 <https://direitosnarede.org.br/2022/04/05/por-uma-regulacao-de-plataformas-que-garanta-direitos/>

pela distorção de fatos e pânico moral. Em resumo, a sociedade civil e as instituições ainda não encontraram uma saída para tantas camadas deste problema. Com o fim da corrida eleitoral, a reação de parte dos apoiadores de Bolsonaro se mostrou mais uma vez engajada na ideologia construída pelas fake news, pelo reacionarismo, conservadorismo e antipetismo no Brasil.

Referências bibliográficas

- ALLCOT, H.; GENTZKOW, M. “Social Media and Fake News”. **Journal of Economics Perspectives**, v. 31, n. 2, 2017.
- BROWN, Wendy. **Nas ruínas do neoliberalismo: a ascensão da política antidemocrática no ocidente**. São Paulo: Ed. Politeia, 2019.
- CASTELLS, Manuel. **Ruptura: a crise da democracia liberal**. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.
- Dardot, Pierre; Laval, Christian. **A nova razão do mundo**. São Paulo: Boitempo editorial, 2017.
- GO SEON-GYU; LEE MI-RAN. “Analysis of Fake News in the 2017 Korean Presidential Election”. **Asian Journal for Public Opinion Research**, V. 8., n. 2, p. 105-125, maio, 2020.
- Jardelino, F.; Cavalcanti, D. B.; Toniolo, B. P. “A proliferação das fake news nas eleições brasileiras de 2018”. **Comunicação Pública**, Vol.15 n. 28, 2020.
- LEVITSKY, Steven.; ZIBLATT, Daniel. **Como as democracias morrem**. Rio de Janeiro: Ed. Zahar, 2019.
- MOUNK, Yascha. **O povo contra a democracia: por que nossa liberdade corre perigo e como salvá-la**. Companhia das Letras: São Paulo, 2018.
- MÜLLER, Jan-Werner. **What Is Populism?**. University of Pennsylvania Press, 2016.
- RUNCIMANN, David. **Como a democracia chega ao fim**. São Paulo: Todavia, 2018.
- Santos, Wanderley Guilherme. **A democracia impedida: O Brasil no século XXI**. Rio de Janeiro: Ed FGV, 2017
- SANTOS, J., et al. “WhatsApp, política mobile e desinformação: a hidra nas eleições presidenciais de 2018.” **C&S: São Bernardo do Campo**, v. 41, n. 2, p. 307-334, maio-ago. 2019.

STREECK, Wolfgang. **Tempo comprado:** A crise adiada do capitalismo democrático. Coimbra: Actual, 2013.

Josué Medeiros · cientista político e professor da UFRJ. Coordenador do Observatório Político e Eleitoral (OPEL) e do Núcleo de Estudos sobre a Democracia Brasileira (NUDEB).

Paulo Loiola · Administrador, mestre em administração pública e MBE em responsabilidade social e terceiro setor, sócio fundador da BaseLab, agência de marketing político que atuou em mais de 300 campanhas em 2022, com destaque para a comunicação e Mobilização da campanha de Lula para evangélicos, atuou também por quase uma década na Petrobras e em prefeituras do RJ e de SP. Membro Raps desde 2016 e autor do livro construindo campanhas, o caminho para a eleição.

Luísa Antunes · graduanda em ciências sociais na UFRJ e pesquisadora do OPEL e do NUDEB.